

O ensino do Hebraico em Portugal e o seu lugar na *humanitas* universitária

The teaching of Hebrew in Portugal and its place in university humanitas

SOFIA CARDETS BEATO

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

scbeato@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8502-919X>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 24/08/2020

Resumo. O estudo científico da Bíblia pelos demais católicos no século XVI começou a fazer-se à base das línguas de origem – o cultivo do hebraico, por se tornar indispensável à exegese, é um notável exemplo de como as Humanidades floresceram em Portugal.

Pretendemos averiguar esse sucesso: se ele se deveu ao método histórico-filológico, de onde provinha a formação dos mestres de Hebraico e a relevância da sua produção científica. Ingressados nas ordens religiosas reformadas ou recém-criadas em Trento, elaboraram vários comentários com base na semântica hebraica. Alguns deles, nomeadamente Jerónimo de Azambuja, foram chamados a Trento para revisões da tradução do texto bíblico.

O declínio do ensino do Hebraico (bem como outras disciplinas auxiliares da exegese) e a pobre existência de conhecedores do “idioma santo” no século seguinte fizeram descurar a investigação rigorosa do texto sagrado internacionalmente, não voltando Portugal e a *alma mater conimbricensis* àquele grande fenómeno educativo da modernidade.

Palavras-chave. Bíblia, educação, hebraico, História da Universidade de Coimbra.

Abstract. The scientific study of Bible by other Catholics in the 16th century has begun on the basis of the original languages – as it became indispensable for exegesis, the cultivation of Hebrew is a striking example of how the Humanities flourished in Portugal.

We intend to ascertain this success: if it was due to the historical-philological method, from which the formation of the Hebrew masters and the relevance of their scientific production came. Joining the reformed or newly created religious orders in Trent, they made several comments based on Hebrew semantics. Some of them, namely Jerónimo de Azambuja, were called to Trent to revise the translation of the biblical text.

The decline of Hebrew teaching (as well as other ancillary subjects of exegesis) and the poor existence of experts of “Holy Language” in the following century led to the negligence of the sacred text internationally, not returning Portugal and *alma mater conimbricensis* to that great educational phenomenon of modernity.

Keywords. Bible, education, hebrew, History of University of Coimbra.

1. A língua hebraica e os seus mestres até à institucionalização do ensino do Hebraico

A designação de hebraico é ligada, automaticamente, ao nome de uma língua, a dos hebreus. Contudo, é historicamente mais antiga que os próprios hebreus, fixados em Canaã.

José Augusto Ramos, linguista¹ e biblista, afirma que a língua hebraica era usada como língua franca por um conjunto de povos e numerosas cidades-Estado na região costeira do Mediterrâneo oriental entre a Anatólia e o Sinai, cujo nome mais antigo é Canaã. Os hebreus acabaram por ser os únicos representantes do cananaico, nome científico convencionado para a língua de Canaã vinda já do segundo e terceiro milénios a.C. (RAMOS 2018: 15-36), apesar de algumas vezes declarada a rejeição da cultura de Canaã na literatura bíblica; com a contaminação de outras línguas que antes falariam, assumiram-na como o hebraico. No seio do hebraico, definido consistentemente no primeiro milénio a.C. (a partir da sedentarização dos hebreus e, concomitantemente, do desaparecimento dos povos da região ocupada de Canaã), a evolução histórico-linguística fez-se, em parte, com os judeus da Babilónia (através do aramaico, nos séculos VI e V a.C.); menos importante não foi o judaísmo ao tempo do domínio helénico, em que o hebraico era visto como a língua sagrada na liturgia da sinagoga.

Hebraico, grego e latim convivem culturalmente através dos tempos, até que, no século da maior vivência das Línguas e Humanidades, o século XVI, são as três línguas de intenso estudo do Humanismo cristão. O conhecimento das línguas eruditas era um domínio importante em que o Humanismo situava as suas exigências (RODRIGUES 1981: 131). Funda-se em Lovaina, em 1517, o Colégio das Três Línguas, colégio de inspiração erasmiana em que se basearam vários construídos na Europa posteriormente (o exemplo do Colégio Real de Paris, fundado em 1530, é crucial). Há dois caminhos na docência: o das universidades e colégios e o dos seminários, apesar da existência de mestres que repartiam a sua docência.

Em Portugal, nos séculos XVI e XVII floresceram os estudos bíblicos e do hebraico. Analisamos o passado deste conhecimento produzido; quem estudou hebraico e chegou a lecioná-lo na Universidade de Coimbra, quem somente o estudou e as obras publicadas naquela época, reflexo de critérios que envolvem as circunstâncias históricas diferentemente vivenciadas; e a presentificação do tema, que se deve ao necessário estudo do hebraico (e, por acréscimo, das

¹ Não só estudioso da língua hebraica, como aramaica, acádica e ugarítica.

línguas antigas orientais).

O Humanismo redescobriu a relação umbilical da textualidade bíblica para com o seu original hebraico. Ao longo deste processo, os judeus iam continuando os “detentores e mestres da Bíblia em hebraico” (RAMOS 2018: 24) – durante aproximadamente mil anos, o mundo judaico assumira e foi-lhe reconhecido o papel de cuidador do texto hebraico: na Península Ibérica, os estudos gramaticais e lexicográficos desenvolveram-se² com Dunash ibn Labrat, Menahem ben Saruk (c. 960) e o seu dicionário bíblico em hebraico, Abulwalid Marwan ibn Djanah e a sua *Sefer ha-Riqmah*, uma das obras mais consultadas pelos exegetas modernos, e Rabi Jonah (Ibn Janah, em árabe) e o *Livro das Raízes*. Lançaram, portanto, as bases para o estudo sistemático do hebraico aplicando a tendência filológica da exegese judaica medieval (RODRIGUES 1977: 217). Abraham ibn Ezra e David Kimhi, gramático, lexicógrafo e exegeta, alargam este quadro.

O que ocorre no século XVI, dando continuidade ao contacto entre rabinos³ e exegetas cristãos numa Idade Média em que não era imprescindível para os cristãos a alfabetização mínima sobre as línguas de origem dos escritos bíblicos, é o aproveitamento do trabalho pioneiro de alguns mestres judeus, a nível de conteúdo e método. Diga-se que o trabalho de judeus na elaboração teórica e formulação gramatical da sua língua foi rigoroso e frequente, tanto no número de estudiosos como no empenho que colocavam nesta tarefa:

a eles [“em especial os judeus de Espanha, de França e da Alemanha”] se deve em grande parte o extraordinário desenvolvimento que as ciências bíblicas vieram a conhecer mais tarde, (...) dando à interpretação literal do texto sagrado uma importância que antes não se verificara (RODRIGUES 1974a: 125)⁴.

Foi o Concílio ecuménico de Viena de 1311 que decretou, no 11º decreto, que as universidades de Roma, Paris, Oxford, Bolonha e Salamanca, mais frequentadas, tivessem cátedras de Hebraico, bem como de Aramaico e de Árabe, já o hebraico e aramaico eram ensinados por judeus doutos e, desse modo, difundiam em larga escala o conhecimento desses idiomas nos vários países

² Variados autores são indicados em LANGE 2001; RODRIGUES 1977 e RODRIGUES [s.d.] (*Influências da exegese judaica medieval nos comentadores...*).

³ O rabino (*rav*) é um guia espiritual, que não tem função na liturgia da sinagoga, e uma autoridade desde a Idade Média até aos nossos dias; geralmente, não tem mais do que um prestígio particular dado pela sua comunidade. A palavra referia-se, anteriormente ao século XII, ao título dos mestres babilónicos e dos mestres palestinianos até ao século VII (com a sua variante, *rabbi*).

⁴ O autor atribui-lhe de novo este papel perentoriamente em RODRIGUES 1983: 340.

européus. O hebraico não teve o significado para a cristandade medieval que o concedido pelos exegetas e filólogos no início da Época Moderna; os cristãos procuram “a verdade bíblica”, expressão cada vez mais recorrente, inclusive nos estatutos das universidades, e esclarecida a partir do concílio referido ao tempo do papa Clemente V (n. 1264-1314):

De entre os deveres de que estamos incumbidos, nos preocupamos continuamente de como conduzir os errantes no caminho da verdade (Sb 5,6) e conduzi-los a Deus, com a ajuda da sua graça. (...) Não há dúvida de que, para obter quanto desejamos, nada é tão adaptado como a conveniente exposição e a fiel pregação das Sagradas Escrituras. Mas não ignoramos que estas verdades se pregam em vão, se aquele que a escuta, não conhece a língua de quem fala. (...) sobretudo aquelas que usam os infieis, de modo a [Santa Igreja] saber e poder instruir os infieis nas Sagradas Verdades (ALVES 2011: 119-120).

A “verdade” é, portanto, associada à “conveniente exposição e (...) fiel pregação das Sagradas Escrituras” através da “língua de quem fala”. Os mestres de línguas nas universidades

têm como tarefa, dirigir tais escolas, (...) traduzir fielmente destas línguas para o latim, ensinar a outros com amor às línguas, passando-lhes os conhecimentos com diligente perícia; assim, os alunos (...) possam dar o fruto esperado (...) propagando salutarmente a fé no meio dos povos infieis. (ALVES 2011: 119-120).

O proselitismo era legal (em Portugal, desde D. Afonso II) e acompanhado de apologética escrita e oral. A política dos reis em relação aos judeus e muçulmanos era dupla, tanto protetora, como proselitista, e, de facto, a minoria judaica era a mais visada à conversão “no meio dos povos infieis”, pois mais numerosa e com o peso da concorrência e rivalidade económicas e da proximidade à Corte (FERRO 1997: 123-125). Por outro lado, as cartas de foral outorgaram a possibilidade daquelas minorias religiosas ensinarem nas suas escolas respetivas o hebraico ou o árabe, o Talmude e a Torá ou o Alcorão; Isaac Abravanel (1437-1508)⁵ detinha uma biblioteca onde funcionavam es-

⁵ Uma sólida ponte de passagem para a Época Moderna ibérica foi o português Isaac Abravanel, ao serviço na contabilidade de D. Afonso V e com um papel intelectual que se repercutiu em toda a diáspora judaica. Em Lisboa, Nápoles, Corfu, Apúlia e Veneza escreveu os seus comentários a grande parte dos livros bíblicos (NETANYAHU 2012 e FALBEL 2012).

tudos rabínicos e Guedelha Palaçano um edifício de onze salas para o estudo do Talmude, em Lisboa.

A aculturação foi uma realidade social, entre os corpos minoritário e maioritário, não obstante a segregação física implementada em Portugal desde a segunda metade de Trezentos (FERRO 1982: 397-482). Os judeus portugueses de Quatrocentos foram “intermediários culturais”, nas palavras de Susana Bastos Mateus e Paulo Mendes Pinto (AFONSO e PINTO 2014: 108): as primeiras tipografias portuguesas foram montadas por judeus com um peso cultural significativo (Eliezar Toledano, Samuel Gacon, Samuel d’Ortas, Abraão d’Ortas), no final do século XV⁶; da mesma forma, familiarizavam-se com os textos clássicos, valores do Humanismo quatrocentista e, até, com obras cujos métodos interpretativos dos textos bíblicos recorriam os cristãos (por exemplo, o avilense Alonso de Madrigal Tostado teve grande influência sobre I. Abravanel e o ‘método das dúvidas’ que privilegiou).

2. Do estabelecimento do ensino universitário do Hebraico à sua aplicação no projeto humanista

Circulavam em Portugal, desde o século XIV, traduções quer do Antigo Testamento, em hebraico e em português, quer do Novo Testamento, em virtude, também, do impulso da literatura de glosa (DIAS 1960: 502-508; RODRIGUES 1976: 321) – ocorre o “despertar da consciência religiosa dos cristãos em sentido biblista” (DIAS 1960: 505-506); a circulação do Novo Testamento era mais escassa, como comprova José S. da Silva Dias (DIAS 1960: 503). Nos começos do governo de D. João III, verificou-se abertura aos ideais do Humanismo (erasmista⁷, em concreto, ou humanismo cristão criado na Europa do Norte por Erasmo e pelos Irmãos Jeronimitas da Vida Comum); a formação humana integral e o processo a que ela conduzia constam entre os ideais, aos quais D. Manuel respondera com a concessão de bolsas de estudo nas mais prestigiadas universidades europeias de então, Paris e Lovaina (ALARCÃO *et al.* 1997: 199).

A língua hebraica, mais do que uma língua bíblica, é a terceira língua a integrar o projeto humanista de renovação. José Augusto Ramos argumenta

⁶ A primeira obra impressa, o Pentateuco, saiu em 1487 na tipografia de Faro. A Torá, o Pentateuco para os cristãos, não é ‘o Antigo Testamento’, nem a Tanakh (de *Tôrâh, Nevi’im e Khetuwim*, a Bíblia Hebraica) ‘o Antigo Testamento hebraico’, como é afirmado sobejamente por vários autores. Na verdade, não há um Antigo Testamento (nem um Antigo Testamento hebraico) para o judaísmo; este é, sim, a antiga aliança para o cristianismo.

⁷ Cf. MIRANDA 2007 e MAGALHÃES 1993: 375-402 (O pré-Humanismo português).

que “No caso do latim e do grego, a justificação para a sua valorização poderia estar associada com as duas culturas clássicas. O caso do hebraico tinha que ser por causa da Bíblia” (RAMOS 2018: 24). Poder-se-á juntar à aceitação deste argumento a sua inversão: o hebraico também lograva entre as línguas clássicas, pois, naquele horizonte, integrava o conceito de clássico (helénico, romano e judaico-cristão); mas, o evoluir do seu estudo estava apegado à dimensão religiosa. A 1 de Outubro de 1546, D. João III escreve a Baltasar de Faria “pola necessidade que há na Univerzidade de Coimbra de pessoa que a lea” (referindo-se à “linguoa ebraiqua”, RODRIGUES 1973: 31-32), pedindo-lhe que fale com Eusébio. Assim, a 16 de dezembro de 1547 (RODRIGUES 1973: 36), sai o alvará de nomeação do mestre Eusébio, judeu convertido ao cristianismo que ensinava em Roma na *Sapienza* (RODRIGUES 1973: 6-11), como professor de Hebraico da universidade, diferentemente do começo nalgumas universidades europeias em 1311. O lente dava duas lições por dia, uma nas Escolas Gerais e outra no Real Colégio das Artes e Humanidades, já com o seu regimento em Novembro do mesmo ano, onde existiam “três [regentes] pera lerem Ebraico Grego e Mathemáticas” (RODRIGUES 1973: 35). Eusébio usufruiu de sucessivos aumentos de salário (RODRIGUES 1973: 37-39). Em 1554, regeu Hebraico o seu substituto, António Domingos Luís (RODRIGUES 1973: 11-12, 42).

Os hebraístas cristãos universitários acorriam a acérrimas discussões sobre a verdade da Bíblia e, para tal, o recurso à autenticidade hebraica era o argumento fundamental. O *De Rudimentis Linguae Hebraicae*, de Johann Reuchlin (m. 1523), a *Bibliotheca Sancta*, de Sixto de Siena, o *Thesaurus linguae sanctae*, de Santes Pagnino (m. 1541), e a *Poliglota de Alcalá* (1502-1517), editada a mando do cardeal Francisco Ximénez, arcebispo de Toledo (m. 1517), tornaram-se tratados basilares tidos em conta e, simultaneamente, responsáveis pelo florescimento das ciências bíblicas. O prestígio do dominicano Jerónimo de Azambuja Oleastro (m. 1563) no domínio do idioma hebraico antigo reflete-se na obra *Hebraismi et Canones pro intellectu Sacrae Scripturae*. Aqui encontramos vários princípios (como o regresso às fontes) e orientações de carácter exegético-filológico, praticadas igualmente enquanto professor da Faculdade de Teologia⁸: o intérprete deve submeter-se à etimologia, não imaginar o significado dos vocábulos que encontra; abandono quase completo da patrística (CARREIRA 1974: 53, 54).

A Bíblia *Vulgata* não exigia, nem favorecia a necessidade de investir no hebraico, uma vez que o texto bíblico padrão era prioritariamente o latino

⁸ A abundância de membros de Ordens Religiosas como professores na Universidade encontra-se a partir daqui, com uma presença mais esporádica das ordens franciscana e jesuíta (ALARCÃO *et. al.* 1997: 787).

(RAMOS 2018: 28), daí não oferecer segurança e confiança para Osório. O que pretendia nos seus comentários, não querendo recorrer, como era usual, ao sentido alegórico (acabava por deturpar o sentido contido nas palavras, RODRIGUES 1978: 6)⁹, era explicar o mais claramente possível ao leitor o sentido do texto sagrado, incluindo a realidade imediata dos factos (CARREIRA 1974: 50), sem esconder as variedades de interpretação verificáveis em certos casos (CARREIRA 1974: 53). Contam-se, entre eles, *Commentaria in Mosi Pentateuchum*, *In Zachariam Prophetam Commentaria*, *In Sapientiam Salomonis*, *In Isaiaem Paraphrasis, libri V*, para além dos ao Levítico, ao Génesis e ao Êxodo. Dada a complexidade dos *Commentaria in Mosi Pentateuchum*, onde escreveu “quibus Hebraica veritas exactissime explicatur (...): ex ipsius literae penentralibus seorsum annectuntur”, a explicação dos vocábulos hebraicos no seu comentário a Isaiás tornou-se mais acessível.

Como Jerónimo de Azambuja, Jerónimo Osório teve igualmente grande prestígio internacional. Para estes exegetas, o bom conhecimento da língua hebraica era a primeira fase para se percutir em direção à análise bíblica, pelo que as explicações dos termos hebraicos existem nalguns dos seus estudos; a importância que atribuem ao domínio da história dos judeus, leis, costumes, religião, geografia, é, a par daquela, uma fase não menos relevante. Foi na cidade de Bolonha que Osório iniciou o estudo teológico e do hebraico e conheceu vários humanistas. Entre os seus inspiradores estão Erasmo, Guilherme Budé e Petrarca. Embora as suas preocupações sejam mormente éticas e apostólicas, não se dirigem apenas aos protestantes, mas a uma possível conversão dos judeus. Encontramos duas afirmações antagónicas relativamente ao uso que fez dos originais hebraicos e comentários rabínicos nos *Comentários aos Salmos*, *Comentário a Oseias*, *Paráfrase à Sabedoria de Salomão* e *Paráfrase a Isaiás*¹⁰. Luís de S. Francisco (RODRIGUES 1983: 392) iniciou o estudo do hebraico por sugestão de Osório, tardiamente na sua vida, mas contou-se entre os exímios hebraístas. A obra *Globus, et Canonum arcanorum linguae Sactae, ac divinae Scripturae* (Roma, 1586) divide-se em *De characterum ac litterarum hebraicarum antiquitate*; *De nomine*; *De verbo*; *De verbis imperfectis*; *De ordinibus compositis*; *De syntaxi*; *De abbreviaturis hebraeorum*; *De variatate terminorum*; *De poesi hebraeorum*; e *De divinis arcanis*.

O conhecimento linguístico de Francisco de Távora é, entre os presentes, o

⁹ Sobre o abandono do método dialético e do intelectualismo escolástico no Humanismo, veja-se RODRIGUES 1981.

¹⁰ Manuel Augusto Rodrigues refere que os usou, inclusive que citou a sua proveniência. Já José Nunes Carreira refere o contrário concretamente à obra *In Isaiaem paraphrasis libri quinque* – “Não segue o original hebreu. Não faz quaisquer citações, nem de antigos nem de modernos” e “desfaz-se em apelativos injuriosos, martelando sem piedade a pretensa incépcia dos Judeus.” (CARREIRA 1974: 143-144).

que se mais destaca; desde o hebraico, sua língua-mãe, e o siríaco, que aprendeu na sua fuga de judeu para Salónica aos dez anos, ao caldaico, arménio e turco, onde se dedicou em Atenas. Mais tarde, foi, como o mestre Eusébio, um judeu convertido em Roma. Apenas depois de ensinar Hebraico em Salamanca durante um ano, passou a fazê-lo em Coimbra. A sua Gramática Hebraica, escrita em latim, foi impressa em 1556.

Entre os estudiosos do hebraico na Universidade de Coimbra, o que se dedicou desde mais jovem às línguas orientais foi Pedro de Figueiró, 1523-1592 (RODRIGUES 1975: 133-153). Cultivou durante algum tempo o hebraico no Colégio das Artes (1547), tendo sido seu professor no Mosteiro de Santa Cruz (RODRIGUES 1983: 4-6)¹¹ Edmundo Roseto, como nos informa nos *Commentarii in XXV Piores Psalmos*. Considerado um dos melhores exegetas portugueses do século XVI por Manuel Augusto Rodrigues, tem sempre na sua investigação exegética a preocupação de analisar a fundo os termos hebraicos mais importantes, com base no seu interesse pelo texto massorético¹². Aparecem a cada passo nos seus comentários (maioritariamente aos profetas) os estudados Rabi David, Rabi Salomão, Rabi Eliezer, Rabi Samuel, Rabi Chamin, Rabi Abraão, Rabi Abbu, entre outros, mais citados, assim, que os autores cristãos, para os quais as dissensões de interpretação se faziam, por vezes, sentir. O profeta Isaías ocupa um lugar de relevo no seu estudo (CARREIRA 1974: 151). Não procede como Jerónimo Osório, ofensivo nos comentários às interpretações judaicas, nem depende dos grandes autores citados para fazer a sua análise do texto bíblico. Tal postura perante os estudos bíblicos faz com que não se estranhe a hipótese de por isso ter recusado o convite de lecionar Sagrada Escritura.

3. A política de Trento e a filologia bíblica da Companhia de Jesus

Leão X (1513-1521), um papa pré-Contrarreforma, declara “A Sagrada Escritura não deve ser interpretada de maneira diferente da dos Santos Doutores, e condena-se quem defender ideias novas.” (ALVES 2011: 124), provenientes dos Reformadores. O período áureo da exegese bíblica, entre 1563 e 1663¹³, foi marcado pelas determinações do Concílio de Trento. Heitor Pinto, um

¹¹ Numerosos professores estrangeiros ensinaram em Santa Cruz (ALARCÃO *et al.* 1997: 1001). Todas as matérias que incorporavam a teologia eram ensinadas nos vários mosteiros e conventos, desde 1309 afetos à universidade (ALARCÃO *et al.* 1997: 244, 247, 250).

¹² Sobre o desenvolvimento do texto massorético e suas versões publicadas cf. PENKOWER 2004: 2077-2084.

¹³ Balizas temporais apontadas por RODRIGUES (1977: 219).

escolástico jeronimita, situa-se na passagem de um humanismo cristão para o humanismo católico, segundo M. A. Rodrigues¹⁴; a história, geografia¹⁵ e outros domínios do saber são por ele apenas aflorados. “A filologia, a exegese em geral, as ciências auxiliares, estavam ao serviço da dogmática aprovada em Trento” (RODRIGUES 1979: 191; 1982: 155); João de Paiva (?-1640), natural de Coimbra, apesar de ser um defensor acérrimo da versão jeronimiana da Bíblia, consagrou-se ao estudo das línguas orientais e mereceram-lhe um interesse particular os hebraísmos e subtilezas da língua hebraica. Estudou na universidade desta cidade e, inclusive, aqui se doutorou.

Heitor Pinto não aborda o texto bíblico na ótica de filólogo, apesar de familiarizado muito bem com o hebraico e de dar à análise filológica uma secção à parte em cada capítulo¹⁶; procura apoiar-se na *Vulgata* para tecer observações de carácter teológico-moralizante, seguindo o decreto conciliar tridentino *Insuper*, de 8 de Abril de 1546 (RODRIGUES 1976: 316-319). Longe do que fizeram Jerónimo Oleastro, Francisco Foreiro, Pedro Figueiró, Manuel de Sá e Luís de Sotomaior, fica, segundo José Nunes Carreira, “no limiar da crítica do texto [crítica textual] (...). Na crítica literária¹⁷ a pobreza é ainda maior” (CARREIRA 1974: 56). Os estudiosos que se posicionaram menos rigidamente em relação ao *Insuper* defendiam que este, ao restringir a isenção de erro às coisas da fé e dos costumes, admitia a possibilidade de defeitos de vária ordem na *Vulgata* (RODRIGUES 1976: 118). Aquele decreto¹⁸ “pressupõe” a conformidade da *Vulgata* com os textos originais (ou inexistência de erros na tradução, reiterada no decreto *Sacrossancta*), o que não significa que se devesse abandonar as antigas versões bíblicas, rejeitar as futuras ou os textos originais; o “objecto (...) do referido decreto eram as versões latinas publicadas até àquela altura” (RODRIGUES 1976: 316). Assim nos parece que se posiciona Diogo de Paiva de Andrade (RODRIGUES 1976: 301-305, 322-324). O seu trabalho na Oratória, onde sempre se baseou na palavra original do texto bíblico, fosse ela hebraica ou grega, fez com que fosse enviado para o Concílio de Trento. Concluiu a sua formação universitária em Coimbra em 1558, um ano depois de ter começado a lecionar, como lente substituto, Sagrada Escritura.

¹⁴ Rodrigues aponta várias causas para o revés (1981: 152). O estudo das línguas, das literaturas e da filosofia “tornaram-se saber meramente preparatório, sem autonomia e sem aquela dignidade própria das ciências maiores, (...) a Teologia, a Medicina e o Direito.” (RODRIGUES 1979: 191).

¹⁵ História enquanto disciplina científica institui-se na segunda metade do século XIX (NETO 2013: 15; MARROU 2016).

¹⁶ Para ela consultava lexicógrafos e comentadores, judeus e cristãos (S. Jerónimo, mas outros poucos Padres – cf. p. 6), e não deixa dúvidas das suas fontes ao leitor (CARREIRA 1974: 58).

¹⁷ CHWARTS 2014: 19.

¹⁸ Transcrito por M. A. Rodrigues (RODRIGUES 1976: 316).

O período do estudo bíblico com base nas línguas e humanidades que o envolvem (método histórico-filológico) foi, como observamos, curto. À escala pedagógica, o pluralismo cristão sofreu uma diminuição, com o regresso dos teólogos portugueses de Trento e consequente mudança das preocupações de D. João III; nem D. João III, nem o Conselho se preocuparam vivamente com a reforma luterana até 1545 (RODRIGUES 1979: 191). A resistência à circulação da Bíblia em vernáculo começou em 1547, já a luta contra o biblismo se começara a esboçar, corrente que aumentou consideravelmente, responsável pela proibição inquisitorial das versões em qualquer língua novilatina (RODRIGUES 1976: 321). O monarca entregou o Colégio das Artes aos jesuítas em 1555 e, depois de 1557, com a sua morte, dá-se total atenção à direção política da Contrarreforma (RODRIGUES 1979: 192).

Se nos escritos rabínicos hebraicos houver algo a favor da edição latina da Vulgata ou dos dogmas católicos, o professor citá-los-á, mas sem lhes dar autoridade, a fim de que ninguém se lhes afeioe (principalmente se pertencer a autores [judeus] que já escreveram depois de Cristo). (...) O professor não deverá ocupar-se da investigação sobre os restantes escritos rabínicos, nem sequer da correcção dos seus erros – a não ser dos casos mais conhecidos. A mesma regra deverá ser observada em relação à leitura de certos exegetas cristãos que seguiram demasiado os textos rabínicos. (*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, 1599, trad. de Margarida Miranda¹⁹).

Esta disposição foi estabelecida formalmente na *Ratio Studiorum*, porém implementada anteriormente no ensino do Hebraico e representativa da cultura antijudaica em voga. As obras antijudaicas²⁰ transmitiram uma mentalidade exacerbada e um sentimento de denúncia dos cristãos-novos fiéis ao judaísmo; inclusivamente, assistiu-se à oposição aos hebraístas de Salamanca e de Alcalá²¹ em Espanha, entre 1565 e 1575, onde chegou a estudar um bom número de portugueses (ALARCÃO *et. al.* 1997: 1003).

O jesuíta Luís da Cruz (1543-1604) foi um dos que ingressou na Companhia de Jesus em Coimbra e conhecedor do hebraico, embora tenha lecionado Retórica e Sagrada Escritura²². De facto, as novas ordens religiosas surgidas da reforma católica modificaram fundamentalmente a instrução escolar, a começar

¹⁹ MIRANDA 2008: 183-185.

²⁰ As mais notórias foram elencadas em FERRO 1997: 290.

²¹ Sobre a sua formação cultural veja-se RODRIGUES 1981: 134-136.

²² Assistiu-se a um surto das disciplinas teológicas neste período (RODRIGUES 1981: 175).

com a Companhia de Jesus, mãe de uma “revolução pedagógica” (Grendler, apud MIRANDA 2007: 113). A par da pedagogia renovadora das escolas protestantes dos inícios do século XVI²³, a Europa assistia na segunda metade do século a um sistema de educação supranacional que institucionalizou os *studia humanitatis*: a *Ratio Studiorum* contemplou três ciclos de estudos (humanidades, filosofia e teologia) nos seus estabelecimentos de ensino, como o Colégio das Artes.

Sebastião Barradas, lente jesuíta de Sagrada Escritura naquele colégio, entre outros que percorreu nacional e internacionalmente, preocupou-se primariamente com a penetração no sentido literal das palavras bíblicas. Dedicou-se à composição dos seus comentários (aos quatro Evangelhos e ao Êxodo) após o ensino durante quinze anos; deu ao *Itinerarium Filiorum Israel* um sentido eclesiológico grande e seguiu o Antigo Testamento na qualidade de pedagogo (idem: 400-411); o seu processo hermenêutico não é diferente daquele que aplicou no *Concordia Evangelica*: aos capítulos de exposição literal dos textos (CARDOSO 1987: 48-50) sucedem-se os capítulos de ordem moral, com base nos Padres e teólogos da Igreja (como refere, só depois é que se deve passar ao sentido em que assenta a vida espiritual do cristão, o moral, RODRIGUES 1983: 404).

O ensino das línguas foi parte do programa das humanidades da *Ratio* (emblema da proposta pedagógica da Companhia de Jesus) e o caminho digno para a recuperação de fontes:

Responsabilize-se o reitor por que se criem entre as Nossas academias de língua grega e hebraica, nas quais os membros possam exercitar-se durante algum tempo, duas ou três vezes por semana, a título de recreio, e dali saiam homens capazes de defender, em público e em privado, o conhecimento e dignidade daquelas línguas. (MIRANDA 2008: 125).

O hebraico foi objeto de um capítulo específico de normas da *Ratio*, entre as quais “Hebraeae linguae professor qualis”; a língua hebraica era ensinada, sempre que possível, por um professor de Sagrada Escritura (se não, por um teólogo), que “procure agir de tal maneira que, com a sua arte, consiga atenuar a estranheza e aspereza que alguns encontram no estudo desta língua” (MIRANDA 2008: 193). Tal significa que a *Ratio Studiorum* veio, não apenas implementar um currículo de estudos, como também atentar na preparação e atuação dos professores, ao ponto de, distintivamente, favorecer os mestres

²³ Cf. O movimento humanista na educação (RÜEG 1992).

de línguas (“para favorecer o estudo das Letras”, MIRANDA 2007: 128). Os lentes de Sagrada Escritura deviam satisfazer estas condições: conhecimento das línguas bíblicas e conhecimentos de gramática, história, cronologia, geografia; grande respeito pela Tradição; aptidão especial para a pregação; boa formação escolástica (CARDOSO 1987: 27). Apesar desta conjuntura, “O século XVII é paupérrimo em pessoas conhecedoras dos idiomas hebraico e aramaico. Que diferença em relação ao que se verificara no século anterior!”, chega a afirmar M. A. Rodrigues, na sua tese *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra de 1640 a 1910* (RODRIGUES 1974a: 116). Como observámos, a *Vulgata* era a edição vernacular, a consulta do texto bíblico massorético e das obras rabínicas era praticamente nula, e a inter-relação histórica, temática, textual e de promessa-cumprimento (CARDOSO 1987: 418-426) entre os dois Testamentos era mais uma prática regular do que ordinária. Por isso, José Ramos caracteriza o ambiente pós-tridentino pelo predomínio do modelo “seminário conciliar” com a diminuição do estudo do hebraico (RAMOS 2018: 29).

4. O progressivo distanciamento da Universidade para com o fenómeno religioso e a pertinência da sua reversão

Ao contrário do século XVI e mesmo das duas primeiras décadas do XVII, o período que se seguiu, até à reforma pombalina da universidade, foi de decadência dos estudos teológicos, como nos restantes países europeus. A Reforma Pombalina soube invertê-la (a entrada da Faculdade de Teologia dependia, além de outros, de sólidos conhecimentos das línguas hebraica e grega). Assumida a existência de inúmeros alunos de Hebraico, os que fizeram carreira através do seu intensivo estudo foram poucos. Realçamos, pela análise histórico-literária do texto²⁴, erudição, conhecimento profundo do idioma hebraico, dos Padres da Igreja e dos rabinos, a de Jerónimo de Azambuja, Jerónimo Osório, Luís de S. Francisco e Pedro de Figueiró. Aquela análise tem, curiosamente, origem no do *pešāṭ* judaico (פֶּשַׁט)²⁵.

Embora tenhamos assistido a um século XX semelhante ao “século de ouro das Humanidades” nos Estudos Bíblicos, Portugal, pioneiro naquele movimento quinhentista, não o foi no vigésimo século, provocando o trajeto contrário. “O domínio cultural representado pelo hebraico (...) terá sido o

²⁴ Armindo Vaz, *Palavra viva, Escritura poderosa: a Bíblia e as suas linguagens* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017), 360-361.

²⁵ No *Guía para el estudio del hebreo bíblico* confira a escrita hebraica (DEIANA e SPREAFICO 2005).

mais sujeito à erosão das mentalidades que ocorreu desde o Renascimento.” (RAMOS 2018: 28). Tal teve que ver com o progressivo distanciamento dos saberes universitários do religioso. Acontece que o hebraico e, em geral, o texto bíblico, é a introdução mais prática para o grande mundo das línguas semíticas e para a história pré-clássica²⁶. Como porta de entrada para a história pré-clássica, é capaz de alterar “significativamente a nossa compreensão sobre o contato entre os povos na região e remaneja a Bíblia Hebraica de volta a seu contexto original, que é o das civilizações antigas dessa unidade territorial”; as literaturas e evidências epigráficas de Ebla, Ugarit, Moab, Edom, Assíria e Babilônia da década de quarenta do século XX apontam para a existência de um *continuum* cultural gerador de mudanças significativas a nível conceitual e social.

Este prolongamento do hebraico faz com que seja válido nos espaços institucionais de saber universitário, ou não fosse a Universidade um espaço de saber universal. Como referiu Ernest Renan, “os velhos textos escritos nesta língua, ao mesmo tempo que são livros sagrados para o teólogo, são para o investigador um objeto de importantes pesquisas. Eles são a Bíblia, mas eles são também a literatura hebraica.” (RAMOS 2018: 35, trad. nossa). Como tal, esta pertence ao ensinamento laico, incumbido de um ensino do religioso, não de um ensino religioso. Luís António Vernei não se cansou de inculcar a necessidade do estudo da língua hebraica no seu *Verdadeiro Método de Estudar*, volume I; o mesmo fez Frei Fortunato de S. Boaventura.

A evidência de E. Renan pode alargar-se às línguas antigas de qualquer religião (algumas ainda faladas atualmente). Seja em hebraico, árabe, grego, aramaico, acádio, ugarítico, sânscrito ou em latim, os textos escritos são para o investigador das religiões fonte de essenciais e variadas pesquisas. Esta, diríamos, é a maior exigência dos Estudos das Religiões. Coimbra, em particular, como herdeira de uma cultura linguística forte, necessita de a reafirmar, bem como o ramo dos Estudos das Religiões²⁷, em favor de um maior conhecimento histórico-cultural. “Deixaríamos assim de ser menos importadores dessas ciências se criássemos no nosso meio as estruturas necessárias para que tais estudos ganhassem raízes e florescessem como acontece noutros países com muito menos tradições [exegéticas] que nós” (RODRIGUES 1977: 214)²⁸.

Bibliografia

²⁶ Tal é bem desenvolvido em CHWARTS 2014, mais concretamente nas páginas 117-123; RODRIGUES 1963.

²⁷ A recém-criada APECER – Academia para o Encontro de Culturas e Religiões –, sediada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, começou a responder a essa necessidade.

²⁸ Apoie-se em *Exegese bíblica e Antiguidade oriental* (RODRIGUES 1974b).

- AFONSO, Luís, ed. lit., PINTO, Paulo, ed. lit. (2014). *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ALARCÃO, Rui de, CORREIA, António [...et. al.] (1997). *História da Universidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALVES, Herculano (2011). *Documentos da Igreja sobre a Bíblia (160-2010)*. Fátima: Difusora Bíblica.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto (1987). *Da Antiga à Nova Aliança – Relações entre o Antigo e o Novo Testamento em Sebastião Barradas (1543-1615)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- CARREIRA, José (1974). *Filologia e Crítica de Isaías no Comentário de Francisco Foreiro, 1522?-1581: subsídios para a história da exegese quinhentista*. Coimbra [s.l.].
- CHWARTS, Suzana (2014). *Via Maris: textos e contexto da Bíblia Hebraica*. São Paulo: Humanitas.
- DEIANA, Giovanni, SPREAFICO, Ambrogio (2005). *Guía para el estudio del hebreo bíblico*. Madrid: Sociedad Bíblica.
- DIAS, José (1960). *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, t. I, vol. II. Coimbra: Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos.
- FALBEL, Nachman (2012). “O Chefe Judaico”, in Ernesto Leal e José Zúquete (coord.), *Grandes Chefes da História de Portugal*. Alfragide: Texto Editores.
- LANGE, Nicholas de, ed. (2001). *Hebrew Scholarship and the Medieval World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, coord. (1993). “No Alvorecer da Modernidade”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa.
- MARROU, Henri-Irénée (2016). *De la connaissance historique*. Paris: Editions Points.
- MIRANDA, Margarida (2007). “A Ratio Studiorum ou a institucionalização dos Estudos Humanísticos”. Separata da BIBLOS. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 109-129.
- MIRANDA, Margarida (2008). *Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599). Regime escolar e curriculum de estudos*. Alcalá/ Braga: Imperitura-Alcalá, Faculdade de Filosofia de Braga.
- NETANYAHU, Benzion (2012). *Dom Isaac Abravanel. Estadista e Filósofo*. Trad. Isaías Hipólito. Coimbra: Eduções Tenacitas/ Rede de Judiarias de Portugal.
- NETO, Margarida (2013). *Problemática do Saber Histórico – Guia de estudo*. Coimbra: Palimage.
- PENKOWER, Jordan (2004). “The Development of the Masoretic Bible”, in Adele Berlin [...et. al.] (ed.), *The Jewish Study Bible*. Oxford: Oxford University Press, 2077-2084.
- RAMOS, José (2018). “O hebraico com língua dos hebreus”, in José Tavim, Maria Barros, Lúcia Mucznik, Ana Ferreira e Miguel Andrade (ed.), *Os judeus na Península Ibérica*

- durante a Idade Média: análise das suas fontes*. Lisboa: Edições Almedina, 15-36.
- RODRIGUES, Manuel (1963). *As descobertas de Ugarit e o renascimento da língua hebraica*. [s. l.: s. n.].
- RODRIGUES, Manuel (1973). *O estudo do hebraico em Portugal no século XVI*. Coimbra [s.n.].
- RODRIGUES, Manuel (1974a). *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra de 1640 a 1910*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos.
- RODRIGUES, Manuel (1974b). *Exegese bíblica e Antiguidade oriental*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel (1975). *D. Pedro de Figueiró e a sua obra exegética*. [s.l.: s.n.].
- RODRIGUES, Manuel (1976). *Algumas notas sobre a vida e a obra de Diogo de Paiva de Andrade*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social.
- RODRIGUES, Manuel (1977). *A oração proferida por Diogo de Paiva de Andrade no Concílio de Trento. Algumas notas sobre a exegese bíblica em Portugal no séc. XVI*. [s.l.: s. n.].
- RODRIGUES, Manuel (1978). *Alguns aspectos da obra exegética de Fr. Jerónimo de Azambuja (Oleastro), O.P.* Coimbra: Instituto de História Económica e Social.
- RODRIGUES, Manuel (1979). *As aulas de Frei Bartolomeu no contexto escolar da época*. Porto: Dominicanos.
- RODRIGUES, Manuel (1981). “Do Humanismo à Contra-Reforma em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, vol. III, 125-176.
- RODRIGUES, Manuel (1982). *Fr. Heitor Pinto no contexto da cultura da Renascença*. Coimbra: Epartur.
- RODRIGUES, Manuel (1983). *Subsídios para a história da exegese bíblica em Portugal: Escrituras e suas obras*. Coimbra [s.n.].
- RODRIGUES, Manuel [s.d.]. *Influências da exegese judaica medieval nos comentadores bíblicos portugueses do século XVI: o comentário ao Cântico dos Cânticos de Luis de Sotomaior*. [s.l.: s.n.].
- RÜEG, Walter, coord. geral (1992). *Uma História da Universidade na Europa*. Trad. do Centro de tradução da FLUP. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982). *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1997). *Sociedade e Cultura Portuguesas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- VAZ, Armindo (2017). *Palavra viva, Escritura poderosa: a Bíblia e as suas linguagens*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

